



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO

XXIII CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA
2ª REGIÃO

1ª Prova - CONHECIMENTOS GERAIS - 2ª Etapa - 28.JUNHO.98

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO INTERNACIONAL, DIREITO CIVIL (LEI DE INTRODUÇÃO, PARTE GERAL E OBRIGAÇÕES) E DIREITO COMERCIAL.

INSTRUÇÕES

1. Verifique se este caderno de prova contém 50 (cinquenta) questões.
2. Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
3. Use somente caneta esferográfica fornecida pelo fiscal.
4. Os fiscais não darão qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é encargo do candidato.
5. São proibidas quaisquer consultas.
6. Não rubrique, nem rasure a Folha de Resposta, do contrário será anulada a prova.
7. É proibido o uso de corretivos.

DURAÇÃO DA PROVA: 04 HORAS
BOA SORTE.

COMISSÃO DO CONCURSO

Juiz DELVIO BUFFULIN - Presidente
Juiz CARLOS ORLANDO GOMES - Vice-Presidente
Dr. JAYME BORGES GAMBÔA - Membro da OAB

COMISSÃO EXAMINADORA

Juiz FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Presidente
Juiz CARLOS FRANCISCO BERARDO
Dr. RENATO RUA DE ALMEIDA - Membro da OAB

OBS.: O gabarito desta prova será publicado no dia 30 de junho de 1998, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Judiciário, Caderno I, Parte II.

COMISSÃO DE CONCURSO PARA MAGISTRATURA
TRT/2ª REGIÃO

Rua da Consolação, 1.272 - 5º andar - Torre B - CEP 01302-906 - SP
Fone: 255.4111 - Ramal 2297

PROCESSO DO TRABALHO

51. Convenceu-se o Juiz, pelas circunstâncias da causa, de que autor e réu se serviram do processo para praticar ato simulado ou conseguir fim proibido por lei. Todavia, essa convicção só se fez presente por ocasião da execução definitiva. Conseqüências:
- a) o Juiz nada poderá fazer face ao comando da coisa julgada.
 - b) o Juiz proferirá sentença que obste os objetivos das partes.
 - c) o Juiz oficiará ao Ministério Público para que ajuíze ação rescisória.
 - d) o Juiz anulará a sentença exequenda de ofício e proferirá nova sentença obstando os objetivos das partes.
52. O advogado poderá, a qualquer momento, renunciar ao mandato. Qual o procedimento em sede trabalhista?
- a) peticiona ao juízo da decisão, requerendo que a secretaria dê ciência à parte interessada.
 - b) peticiona ao juízo e comprova haver cientificado a parte interessada da decisão de renunciar.
 - c) desnecessária qualquer providência em se levando em conta que no processo do trabalho as partes têm o "*jus postulandi*".
 - d) O advogado deve peticionar ao juízo requerendo que dê ciência ao interessado para que contrate outro advogado, querendo.
53. Empresa, corretamente citada para vir responder a ação contra ela proposta, envia, para representá-la, preposto que não era seu empregado, embora presente advogado habilmente contratado. Conseqüências:
- a) revelia e confissão.
 - b) somente confissão.
 - c) prosseguimento normal da ação.
 - d) o juiz deverá conceder prazo razoável para que a parte sane a representação.
54. Ação declaratória de existência de relação jurídica e cautelar incidental constrictiva. Possibilidade:
- a) a cautelar incidental tem cabimento em qualquer hipótese.
 - b) incabível a citada cautelar em âmbito declaratório.
 - c) a cautelar, ainda que constrictiva, tem cabimento uma vez que busca a garantia de uma futura execução que poderá ocorrer ou não.
 - d) a cautelar tem foco apenas sobre a verossimilhança, podendo ser cassada a qualquer tempo, o que permite seja usada incidentalmente em qualquer hipótese.

55. Foi ajuizada ação contra as empresas "A" e "B" com o objetivo de conseguir a declaração de vínculo, sem indicar com qual delas. Determinou o juiz que a parte esclarecesse quem seria colocado na relação empregatícia. A parte peticionou dizendo que durante a instrução essa parte seria esclarecida. Como se portaria o candidato se fosse juiz no processo?
- a) instruiria o processo e após a colheita de prova decidiria quem seria o empregador.
 - b) sobrestaria o processo até que a parte informasse a respeito.
 - c) sobrestaria o processo por um ano após o que extinguiria sem julgamento do mérito.
 - d) extinguiria o processo sem julgamento do mérito, diante da petição da parte.
56. São requisitos da carta de sentença em caso de revelia:
- a) recebimento do recurso com efeito devolutivo; petição inicial e contestação; procuração das partes e despacho de recebimento do recurso; sentença exequênda.
 - b) autuação; petição inicial; procuração do autor; sentença exequênda; despacho de recebimento do recurso (só no efeito devolutivo); se houver habilitação, a decisão que a julgou.
 - c) autuação; petição inicial; prova da citação; procuração das partes; sentença exequênda; despacho de recebimento do recurso (só no efeito devolutivo); se houver habilitação, a decisão que a julgou.
 - d) autuação; petição inicial; procuração das partes; sentença exequênda; despacho de recebimento do recurso (só no efeito devolutivo); se houver habilitação, a decisão que a julgou.
57. Incidente de falsidade. Arguição em recurso. Indique procedimento correto:
- a) Presidente do Tribunal resolverá o incidente antes da distribuição.
 - b) distribuído o processo, o relator baixará os autos ao primeiro grau para que o juiz de origem instrua e aprecie o incidente para que não se configure a supressão de instância.
 - c) o relator determinará a suspensão do feito principal e processará o incidente.
 - d) o relator rejeitará "*in limine*" o incidente em voto junto ao Colegiado, vez que preclusa a oportunidade. O incidente deveria ser argüido antes ou depois do encerramento da instrução, mas sempre antes da sentença.
58. Funcionário estatutário move ação contra autarquia federal na Justiça do Trabalho. Esta, em resposta, invoca a exceção de incompetência em razão da matéria, a qual fora descartada pela Junta que, todavia, no mérito dá ganho de causa à ré. Esta não recorre, mas recorre o autor. O tribunal, de ofício conhece da matéria competencial e decide pela incompetência da Justiça do Trabalho. O autor interpõe embargos declaratórios:

- a) o tribunal não poderia conhecer de matéria que não lhe fora devolvida (“*reformatio in pejus*”). Embargos deverão ser providos.
- b) em se tratando de competência material o tribunal poderá apreciar a matéria a qualquer momento, de ofício. Embargos não deverão ser providos.
- c) o tribunal agiu corretamente, e a matéria não comporta embargos.
- d) o ato do tribunal é arbitrário e comporta mandado de segurança. Embargos não deverão ser providos.

59. No âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, as custas:

- a) serão sempre devidas.
- b) serão devidas apenas nos casos de acréscimo da condenação.
- c) nos processos em grau de recurso, será devida sua complementação quando houver acréscimo na condenação.
- d) não é devido o seu recolhimento ou complementação nos processos em grau recursal, salvo .

60. A parte recorre de Revista. O TRT admite a revista parcialmente. Dizer da possibilidade ou não do cabimento parcial e da possibilidade de interposição de agravo de instrumento:

- a) o TRT não pode admitir a revista parcialmente.
- b) o TRT poderá admitir a revista parcialmente. Nesse caso deve a parte prejudicada agravar de instrumento para não incorrer na preclusão.
- c) o TRT poderá admitir a revista parcialmente. Nesse caso não haverá a necessidade de a parte prejudicada agravar de instrumento.
- d) se o TRT admitir a revista parcialmente, deverá a parte pedir o desmembramento para que possa agravar de instrumento da parte não admitida.

61. Cautelar. Negada a liminar. Cautelar foi julgada improcedente. Propositura da ação principal.

- a) 30 dias da propositura da ação cautelar.
- b) 30 dias da negativa da liminar.
- c) 30 dias do trânsito em julgado.
- d) a qualquer momento, ressalvado o prazo prescricional.

PROCESSO CIVIL

62. A afirmação “a ação é um direito preexistente ao processo e é dirigida em face do Estado” encaixa-se na teoria:

- a) abstrata pura.

- b) concretista de Wach.
 - c) eclética de Liebman
 - d) concretista de Chiovenda
63. Cláusula contratual avençada ao arrepio da Constituição. Apreciação em recurso extraordinário, sabendo-se que restou provado o vício de vontade:
- a) o recurso extraordinário é sempre cabível desde que prequestionado tema constitucional.
 - b) a matéria que daí se alavanca é puramente fática não rendendo ensejo ao recurso extraordinário.
 - c) cuida-se de matéria relevante dando ensejo ao recurso extraordinário.
 - d) o vício de vontade atenta contra direito individual da parte e rende ensejo ao recurso extraordinário.
64. Suscitado conflito de competência, o Ministério Público será ouvido em:
- a) 48 horas.
 - b) 05 dias.
 - c) 10 dias.
 - d) emitirá parecer por ocasião do julgamento.
65. Competência prorrogada pela inércia da parte. Ministério Público, na qualidade de “*custos legis*”, opôs exceção de incompetência:
- a) em havendo sido prorrogada a competência por inércia da parte, não pode o Ministério Público, na qualidade de “*custos legis*”, opor exceção.
 - b) o Ministério Público, quer como “*custos legis*”, quer como parte tem legitimidade para opor exceção de incompetência em qualquer circunstância.
 - c) o Ministério Público, na qualidade de “*custos legis*”, tem legitimidade para opor exceção de incompetência, ainda que esta tenha sido prorrogada, mas terá a qualidade de parte naquela que suscitar.
 - d) o Ministério Público, na qualidade de fiscal da lei, será apenas ouvido.
66. Da incompetência absoluta e relativa. Arguição:
- a) ambas através de preliminar.
 - b) ambas através de exceção.
 - c) absoluta através de exceção e a relativa através de preliminar.
 - d) absoluta através de preliminar e a relativa através de exceção.
67. A conexão e a continência poderão modificar a competência quando for em razão:

- a) do valor e funcional.
 - b) do território e material.
 - c) do território e do valor.
 - d) funcional e territorial.
68. Pode-se dizer que o princípio da "*perpetuatio jurisdictionis*" tem por escopo:
- a) proteger o autor.
 - b) proteger o réu.
 - c) não modificar a competência por variações no estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente.
 - d) tornar irrelevantes as modificações (de fato e de direito) ocorridas posteriormente, ressalvados casos de supressão de órgão judiciário ou que alterarem a competência hierárquica ou material.
69. No caso de denunciação à lide, o prazo para a citação do alienante, do proprietário, do possuidor direto ou do responsável pela indenização, residente em outra comarca ou em lugar incerto, será de:
- a) 10 dias.
 - b) 15 dias.
 - c) 30 dias.
 - d) 60 dias.
70. Em havendo no mesmo processo ação e oposição, a decisão será feita:
- a) da ação principal e depois da oposição em decisões distintas.
 - b) simultaneamente: ação e oposição.
 - c) simultaneamente: oposição e ação.
 - d) conforme o duto critério do Juiz que para tanto levará em conta o conjunto probatório.
71. Pendendo uma causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro, que tiver interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma delas, poderá intervir no processo:
- a) na qualidade de oponente a uma das partes.
 - b) como assistente simples.
 - c) como assistente litisconsorcial.
 - d) como assistente qualificado.

72. Legitimidade. A alienação da coisa ou do direito litigioso, a título particular, por ato entre vivos:
- a) não altera a legitimidade das partes não havendo a possibilidade de substituição.
 - b) o adquirente ou o cessionário poderá substituir a parte alienante, ou o cedente, desde que a tanto consinta a parte contrária.
 - c) o adquirente ou o cessionário somente poderá intervir na qualidade de assistente do alienante ou cedente.
 - d) o adquirente deverá intervir na qualidade de assistente litisconsorcial.

DIREITO DO TRABALHO

73. A condenação resultou em R\$ 26.000,00, mais os honorários periciais de R\$ 800,00. Discordando, a reclamada apresentou dois Embargos de Declaração, ambos indeferidos e aplicada a respectiva multa prevista. A reclamada recorreu, recolhendo o depósito compatível e as custas de R\$ 260,00. O recurso ordinário está deserto porque:
- a) não recolhidos os honorários periciais e a multa dos Embargos de Declaração.
 - b) não recolhido o honorário pericial.
 - c) não recolhida a multa dos Embargos de Declaração.
 - d) insuficiente o valor das custas.
74. Trabalhador safrista. Indenização pelo tempo de serviço em caso de término normal do contrato:
- a) de conformidade com as regras do contrato por prazo determinado.
 - b) 1/12 do salário mensal por mês de serviço ou fração superior a 14 dias.
 - c) 30% da soma dos salários do período trabalhado.
 - d) 1/12 do salário mensal por mês trabalhado ou fração superior a 15 dias.
75. Contrato de trabalho do atleta profissional. Duração:
- a) em nenhuma hipótese poderá ser inferior a 3 meses ou superior a 2 anos.
 - b) em nenhuma hipótese poderá ser inferior a 3 meses.
 - c) em nenhuma hipótese poderá ser inferior a 6 meses ou superior a 2 anos.
 - d) não poderá ser inferior a 6 meses, não havendo restrição quanto ao tempo máximo.
76. Empregado admitido por firma de São Paulo não possuía Carteira de Trabalho e Previdência Social. Retirou-se após 90 dias sem apresentar a "CTPS". Providências do empregador:
- a) nenhuma.

- b) deve fazer comunicação à DRT.
- c) deverá fornecer atestado ao empregado no qual conste o histórico da relação empregaticia.
- d) deve fazer a comunicação ao INSS, historiando os fatos.

77. Estrangeiro com visto provisório:

- a) não pode trabalhar no país.
- b) não pode ser empregado.
- c) somente o técnico estrangeiro, em caráter provisório, poderá ser contratado no país.
- d) poderá exercer atividade remunerada com registro em carteira.

78. As anotações apostas pelo Empregador na Carteira do empregado geram presunção:

- a) absoluta.
- b) absoluta contra o empregador e relativa contra o empregado
- c) relativa
- d) absoluta após decorridos 12 meses da anotação.

79. "A" propõe ação contra "B" sob o argumento de que havia o mesmo incorrido em "mora salarial", eis que não pagara salários nos últimos 4 meses. Pede o pagamento de salários. Em defesa, a empresa confessa a inadimplência, mas nada paga em audiência, sob o argumento de que a mora salarial se deve a atraso no pagamento de créditos que tem junto à Prefeitura de São Paulo. Quais as conseqüências?

- a) rescisão indireta com pagamento de salários simples.
- b) pagamento de salários em dobro.
- c) rescisão indireta com pagamento de salários em dobro.
- d) pagamento de salários simples.

80. Juros moratórios. São devidos:

- a) direito do trabalho, direito civil e processo civil: da citação.
- b) direito do trabalho e processo civil: da citação; direito civil: da perpetração do delito.
- c) processo civil: da citação; direito civil: da perpetração do delito, desde a interpelação em não havendo prazo assinado; direito do trabalho: da distribuição ou fato gerador.
- d) direito civil: da perpetração do delito, da execução do ato nas obrigações negativas e desde a interpelação, notificação ou protesto, em não havendo prazo assinado; processo civil: da citação válida; direito do trabalho: da distribuição.

81. "A" teve suspenso seu contrato de trabalho por haver sido aposentado por invalidez. "B" foi admitido com ciência inequívoca de interinidade ao ser celebrado o contrato. Decorridos dois anos, teve o seu contrato rescindido com base no retorno de "A". Conseqüências:

- a) será indenizado à razão de 1/12 por mês trabalhado.
- b) será indenizado à razão de 1/12 por mês trabalhado, deduzido o percentual de 30%.
- c) não terá direito a nenhuma indenização.
- d) terá direito aos depósitos fundiários.

82. Empregado exercente de jornada de seis horas fora, judicialmente, readaptado em outro setor, por deficiência física, cuja jornada é de oito horas, mas trabalhando as mesmas seis horas. Com foco sobre a possibilidade de outros empregados do setor pleitearem o mesmo tratamento judicialmente, indique a resposta correta tendo em conta a lei e a jurisprudência sumulada existente.

- a) não há possibilidade dos demais empregados do setor conseguirem o mesmo tratamento.
- b) não existe a possibilidade de conformidade com a lei, mas existe em função da jurisprudência sumulada.
- c) não existe a possibilidade de conformidade com a jurisprudência sumulada, mas existe de conformidade com a lei.
- d) não existe a possibilidade porque se trata de benefício pessoal do empregado, não havendo lei ou jurisprudência sumulada cuidando do assunto.

83. São prerrogativas dos sindicatos de empregados:

- a) manter serviços de assistência jurídica para os associados.
- b) fundar e manter agências de colocação.
- c) promover a conciliação nos dissídios coletivos.
- d) celebrar convenções coletivas de trabalho.

DIREITO PENAL

84. Imputação a outrem de crime do qual sabia ser inocente provocando com isso não a abertura de inquérito, mas de mera sindicância. Qual o crime cometido?

- a) comunicação falsa de crime.
- b) denúncia caluniosa.
- c) comete apenas contravenção.
- d) não comete crime nem contravenção.

85. No clássico exemplo de VON LISZT em que um ladrão aterroriza a vítima com o revólver em punho e o dilema “a bolsa ou a vida”, sabendo-se que a vítima entregou a bolsa, tecnicamente ter-se-ia o crime de:
- a) extorsão.
 - b) roubo.
 - c) furto.
 - d) roubo a mão armada.

DIREITO CIVIL

86. Credores solidários de devedor comum. Um dos credores aciona o devedor comum. Conseqüências:
- a) o credor somente demandará a sua parte.
 - b) a solidariedade ativa somente tem seus efeitos em caso de perdas e danos quando a dívida se torna indivisível.
 - c) o pagamento ao demandante extinguirá a dívida quanto aos demais.
 - d) a existência de solidariedade exige o litisconsórcio na cobrança.
87. Quanto ao significado do termo “meado” em relação à contagem do prazo. Diz respeito ao:
- a) 1º dia do mês.
 - b) 15º dia do mês.
 - c) 5º dia do mês.
 - d) 10º dia do mês.
88. Dívida líquida e liquidez da dívida.
- a) expressões antônimas.
 - b) dívida líquida tem obrigação certa quanto à sua existência e determinada quanto ao seu objeto; liquidez pressupõe certeza na existência da dívida e determinação da quantia.
 - c) expressões sinônimas.
 - d) dívida líquida é aquela que tem conhecido o “*quantum*” e liquidez diz respeito à situação patrimonial do devedor.
89. Responsabilidade civil. Morte resultante de acidente por composição ferroviária. A vítima transitava por passagem clandestina. Responsabilidade. Juros moratórios:
- a) a vítima foi colhida quando transitava por passagem clandestina, nenhuma culpa tendo a ferrovia.

- b) presente a culpa objetiva e os juros moratórios são contados do ajuizamento da ação.
- c) presente a culpa concorrente e os juros moratórios são devidos a partir do evento danoso.
- d) presente a culpa concorrente e os juros moratórios são devidos a partir da citação da ação.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

90. A aposentadoria por idade será devida ao segurado empregado, inclusive o doméstico, a partir:
- a) da data da entrada do requerimento.
 - b) da data do desligamento do emprego, quando requerida até essa data ou até 90 dias depois dela.
 - c) da data do requerimento, quando houver desligamento do emprego.
 - d) da data do desligamento do emprego, mesmo quando requerida após 90 dias do afastamento.
91. Qual o valor do salário-maternidade devido à empregada doméstica e à segurada especial?
- a) um salário mínimo para ambas.
 - b) um salário mínimo para a empregada doméstica e o valor correspondente ao último salário-de-contribuição para a segurada especial.
 - c) o valor correspondente ao último salário-de-contribuição para a doméstica e um salário mínimo para a segurada especial.
 - d) correspondente ao último salário-de-contribuição para ambas.
92. Com relação aos dependentes, o Regime Geral de Previdência Social compreende quais prestações?
- a) auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.
 - b) serviço social e salário-família.
 - c) pensão por morte e auxílio-reclusão.
 - d) auxílio-reclusão e salário-família.

DIREITO INTERNACIONAL

93. A Organização Internacional do Trabalho manifesta sua atividade jurídica através de:
- a) regulamentos, convenções e concordatas.
 - b) convenções e recomendações.
 - c) recomendações, pactos simplificados e regulamentos regionais.
 - d) recomendações, regulamentos e atos da Repartição Internacional do Trabalho.

DIREITO COMERCIAL

94. Sociedade de responsabilidade limitada. Negativa de coobrigação de sócio cotista em ação executiva contra a sociedade deverá ser pleiteada através de:
- a) ação ordinária.
 - b) cautelar incidente.
 - c) ação "in rem verso".
 - d) ação declaratória.
95. Pedido de falência não acolhido. Recurso não provido.
- a) cabe ação rescisória a qualquer tempo.
 - b) cabe ação rescisória em dois anos.
 - c) cabe ação rescisória em três anos.
 - d) não cabe ação rescisória.
96. Sentença que decreta a falência surte efeitos a partir:
- a) da prolação devidamente assinada pelo juiz.
 - b) da citação pessoal na pessoa com poderes para tanto.
 - c) da intimação da parte na pessoa do seu representante legal.
 - d) da publicação no órgão oficial.

DIREITO ADMINISTRATIVO

97. Ato administrativo. Vícios relativos:
- a) erro, fraude, simulação, objeto ilícito.
 - b) coação, objeto ilícito, simulação, dolo.
 - c) simulação, fraude, dolo, erro.
 - d) erro, dolo, coação, simulação ou fraude.
98. O ato administrativo formal é assim considerado quanto:
- a) à forma de que se reveste.
 - b) ao seu conteúdo intrínseco.
 - c) ao poder que o edita.
 - d) à legalidade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

99. Natureza do ato de homologação de sentença estrangeira:

- a) simples homologação de jurisdição voluntária.
- b) sentença de contenciosidade.
- c) sentença meramente declaratória.
- d) sentença de contenciosidade virtual.

100. Empregado de empresa pública que explora atividade econômica e que em 05.10.88 contava mais de 5 anos de serviços prestados à mesma.

- a) não é detentor de estabilidade.
- b) é detentor de estabilidade.
- c) é detentor de estabilidade porque se trata de empresa de personalidade jurídica pública.
- d) a estabilidade somente se adquire através de concurso público.